

O ESTADO DA ARTE COMO METODOLOGIA UTILIZADA PARA O PROJETO DE PESQUISA DOS EGRESSOS DE INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO

STATE OF THE ART AS A METHODOLOGY USED FOR THE RESEARCH PROJECT OF FORMER INMATES FROM SHELTERING INSTITUTIONS

EL ESTADO DEL ARTE COMO METODOLOGÍA UTILIZADA PARA EL PROYECTO DE INVESTIGACIÓN SOBRE LOS EGRESADOS DE CENTROS DE ACOGIDA

Fernando Aparecido Câmara

Assistente Social na Prefeitura do Município de Balsa Nova/PR, Professor Corretor de Portfólio do Curso de Serviço Social UNINTER, Pesquisador no GETFS UNINTER GT Criança e Adolescente, Conselheiro Fiscal na Gestão 2017/2020 do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS/PR 11ª Região. Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina – UEL em 2008, com pós-graduação em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar pela Universidade Federal do Paraná Setor Litoral – UFPR Litoral em 2014 e Pós-graduação em Gestão Pública pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG em 2016.

E-mail: fernandossuel@gmail.com.

João Paulo Moreira Fernandes

Assistente Social na Prefeitura do Município de Cerro Azul/PR, Professor Corretor de Portfólio do Curso de Serviço Social UNINTER, membro pesquisador do Grupo de pesquisa GETFS UNINTER GT Criança e Adolescente, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Cerro Azul/PR. Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Norte do Paraná UNESPAR em 2005, com pós-graduação em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar pela Universidade Federal do Paraná Setor Litoral – UFPR Litoral em 2016.

E-mail: jpmoreira_25@hotmail.com.

Crisfabile dos Santos Moreira

Discente do Curso de Bacharelado em Serviço Social da UNINTER em Curitiba/PR, Bolsista PIC do Grupo de Estudo e Pesquisa em Trabalho Formação e Sociabilidade – GETFS- Uninter GT Criança e Adolescente.

E-mail: crisfabile93@hotmail.com.

Maria Andrea Dias Telles

Discente do Curso de Bacharelado em Serviço Social da UNINTER em Curitiba/PR, membro colaboradora do Grupo de pesquisa GETFS UNINTER GT Criança e Adolescente.

E-mail: madt76@hotmail.com

RESUMO

O presente estudo apresentará a experiência do Grupo de Pesquisa GETEFS UNINTER sobre os Egressos de Serviços de Acolhimento Institucional, através da utilização do Estado da Arte na organização de conteúdos teóricos sobre essa temática. Para esse trabalho, utilizamos debates sobre o tema e bem como textos acadêmicos. O Estado da Arte será entendido como banco de dados no apoio teórico e científico. Reunirá pesquisas, artigos e livros que abordam o tema do acolhimento institucional a crianças e adolescentes. A organização de esse acervo vem na perspectiva de socializar conhecimentos sobre obras estudadas pelos membros do grupo.

Palavras-chave: Egressos, Adolescentes, Instituição de Acolhimento.

O estado da arte como metodologia utilizada para o projeto de pesquisa dos egressos de instituições de acolhimento

ABSTRACT

This study will present the experience of the GETEFS UNINTER Research Group about Former Inmates from Institutional Care Services, through the use of State of the Art in the organization of theoretical content on this theme. For this paper, we use debates on the topic as well as academic texts. The State of Art will be understood as a database for theoretical and scientific support. It will bring together research, articles and books that address the theme of institutional sheltering for children and adolescents. The organization of this collection comes in the perspective of socializing knowledge about works studied by the group members.

Keywords: Former Inmates, Adolescents, Sheltering Institution.

RESUMEN

El presente estudio presentará la experiencia del Grupo de Investigación GETEFS UNINTER sobre los Egresados de los Servicios de Acogida Institucional, por medio de la utilización del estado del arte como forma de organización de contenidos teóricos sobre esa temática. Para ese trabajo utilizamos debates sobre el tema, así como textos académicos. El estado del arte será entendido como banco de datos para el apoyo teórico y científico. Reunirá investigaciones, artículos y libros sobre o tema de la acogida institucional de niños y adolescentes. La organización de ese acervo se hace con la perspectiva de poner al servicio de investigadores informaciones sobre obras estudiadas por los miembros del grupo.

Palabras-clave: Egresados, Adolescentes, Institución de Acogida.

INTRODUÇÃO

Através do método de classificação de obras, denominado Estado da Arte, realizamos o levantamento de textos publicados sobre o tema dos egressos das instituições de acolhimento. Se usaram três fontes: 1 – Consulta ao banco de teses e dissertações da CAPES, 2 – Consulta a outros grupos de pesquisa registrados em diretórios dos Grupos do CNPQ, 3- Consulta no GOOGLE acadêmico. Através deste mapeamento para obter informações e refletirmos a respeito das condições das instituições de acolhimento, com ênfase naqueles trabalhos que trataram os egressos, separamos os textos de autores que traziam as discussões e considerações mais relevantes.

A construção do Estado da Arte proporciona fundamentação teórica para determinados temas a serem debatidos, organiza toda a estrutura da pesquisa, norteia as principais questões e permite selecionar as fontes mais adequadas para alcançar o objetivo. No nosso caso, essas fontes se referem a autores e textos que discutem o tema dos egressos das instituições de acolhimento. Essa metodologia contempla boa parte da fundamentação teórica necessária para o desenvolvimento da pesquisa sobre esse tema.

METODOLOGIA

O Estado da Arte, conhecido como metodologia utilizada para a coleta de material para pesquisa, vem sendo muito usado nos últimos anos no Brasil. Também se conhece por estado do conhecimento, que traz como desafio mapear e discutir produções acadêmicas nos mais diferentes campos do conhecimento. Ele traz um cenário onde se sabe, se diz e se discute sobre um determinado assunto, para que se entendam quais são as linhas de pesquisa, que se saiba até onde foi descoberto ou foi estudado determinado assunto, otimizando o tempo tão importante na pesquisa. O motivo de recorrer a essa metodologia é o fato de ser impossível ter conhecimento sobre tudo o que se produz sobre um determinado tema, sendo necessário um instrumento para auxiliar nesse processo. Ferreira, segundo Soares, afirma que

“[...] a compreensão do Estado da Arte é essa compreensão do estado do conhecimento sobre um tema, um determinado momento, é necessária no processo de evolução da ciência, afim de que se ordene periodicamente o conjunto de informações e resultados já obtidos, ordenação que permita indicação das possibilidades de integração de diferentes perspectivas, aparentemente autônomas, a identificação de duplicações ou contradições, e a determinação de lacunas e vieses”. (FERREIRA, 2002 p. 03 apud SOARES 1987 p. 3).

O Estado da Arte não tem como objetivo fazer cronograma histórico de determinado assunto e sim compreender quais são as pesquisas em torno a ele; é preciso tomar cuidado com essas variações de compreensão.

Outra questão importante de se levar em conta é que, na atualidade, no mundo acadêmico, existem muitos jargões e muitos termos novos que estão circulando tanto no Brasil quanto no mundo, o que não era usual há algum tempo. Por outro lado, o excesso de informação divulgado pela internet e as redes sociais, a circunstância de poder-se saber o que está acontecendo na academia no âmbito mundial, a quantidade relevante de publicações, assim como o fato de que muitas pessoas estejam publicando e produzindo conhecimento, tampouco era usual e tudo isso é considerado um grande salto no acesso à informação.

“[...] hoje os recursos se multiplicaram com a internet e suas várias plataformas, desde enciclopédias virtuais aos bancos de teses e artigos, passando por obras inteiras disponíveis no meio eletrônico. Entretanto, as habilidades básicas do pesquisador e o método com que se organiza permanecem inalterados e quem

O estado da arte como metodologia utilizada para o projeto de pesquisa dos egressos de instituições de acolhimento

não sabe procurar em uma biblioteca ou arquivo, também não saberá fazê-lo na internet. Ainda se precisa saber o que se busca, como se busca e onde se busca”. (Et al, 2018. P. 04).

Em contrapartida, a CAPES e o CNPq começam a exigir dos pesquisadores, das instituições e dos alunos que os materiais tenham relevância social, que se trabalhe em espaços que apresentem lacunas. Produz-se então uma tendência nos trabalhos de pesquisa, que se orientam por uma preocupação de cunho social, assumindo objetivos de gerar ou buscar melhorias e atender demandas da sociedade. Busca-se ainda nas pesquisas uma contribuição, que trabalhem para preencher os espaços vazios. Não há margem para justificativas pelo fato de não se ter material sobre o assunto que se busca.

É imprescindível, para atender a norma da CAPES e das reuniões internas dos núcleos de pesquisa, que se use o Estado da Arte como método de pesquisa para poder-se comprovar se o que se vai trabalhar será relevante. Compreender isso é de suma importância para que se possa saber onde e como usar o Estado da Arte em suas diversas facetas; a revisão da literatura permite decidir sobre como delimitar o seu tema e justificá-lo, dando exemplos do que já existe.

Tudo isso se dá em forma de passos, sendo que o primeiro seria a organização, que é fundamental para qualquer pesquisador, principalmente na hora da coleta de dados assim como para a estruturação. Esse trabalho, na medida que vai avançando, pode ser dividido em várias etapas. Essas etapas são a etapa de organização e a de mudança. Por exemplo, as mudanças decorrentes do processo de discussão com um orientador; você constrói uma parte e manda para o orientador, este faz suas correções e orientações. Como consequência desse processo, se produzem várias versões do mesmo trabalho; nesse contexto, a organização se torna um item de extrema importância.

Conforme Minussi et al, em se tratando do “Estado da Arte” o pesquisador tem dois momentos bastante distintos:

“Um, primeiro, que é aquele em que ele interage com a produção acadêmica através da quantificação e de identificação de dados bibliográficos, com o objetivo de mapear essa produção num período delimitado, em anos, locais, áreas de produção. Nesse caso, há um certo conforto para o pesquisador, pois ele lidará com os dados objetivos e concretos localizados nas indicações bibliográficas que remetem à pesquisa. [...] um segundo momento é aquele em que o pesquisador se pergunta sobre a possibilidade de inventariar essa produção, imaginando tendências, ênfases, escolhas metodológicas e teóricas, aproximando ou diferenciando trabalhos entre si, na escrita de uma história de uma determinada

área do conhecimento. Aqui, ele deve buscar responder, além das perguntas “quando”, “onde” e “quem” produz pesquisas num determinado período e lugar, àquelas questões que se referem a “o quê” e “o como” dos trabalhos. Nessa segunda opção, o pesquisador passa a enfrentar dificuldades inúmeras e de diferentes ordens. A organização do material que tem diante de si pressupõe antes de tudo uma leitura que ele deve fazer não só das indicações bibliográficas e dos títulos dos trabalhos, mas principalmente dos resumos. [...]. Por último, ao se constatar a existência de mais de um resumo para um mesmo trabalho e, além de tudo, diferentes entre si (no suporte material do texto; nas disposições tipográficas; nas informações que apresentam), institui-se o conflito de qual resumo responderá melhor às questões a que se propõe investigar. E passa-se a “avaliar” qual é o resumo mais “correto”, completo e coerente com o trabalho “original”, isto é, integral”. (Minussi Et al, 2018, p. 09).

Depois de organizar tudo em seus lugares, em pastas e ferramentas, entendemos como se formula a pesquisa e como ela vai-se restringindo a certos aspectos e textos. Salienta-se que com a metodologia do Estado da Arte conseguimos pesquisar e armazenar um acervo interessante no que tange ao tema sobre as crianças e adolescentes que deixam as instituições, abrigos, casas de passagens e afins. Selecionamos os artigos e lemos os resumos; excluímos alguns da seleção e logo, com os textos selecionados, elaboram-se resumos, textos que aportam mais relevância ao tema que escolhemos pelo fato de ser muito mais plausíveis. Ao invés de ler na íntegra todos os artigos para buscar informação, você pode organizar-se melhor, evitando falhas e otimizando o tempo no processo de produção.

Depois vem o passo em que tomamos um artigo da nossa seleção e mudamos o seu nome. Caso seja preciso retornar ao artigo para novas informações ou para usá-lo novamente, o novo nome facilita encontrá-lo mais rapidamente no meio da seleção daqueles vários que você selecionou. Para renomear, toma-se o último nome do autor do artigo, tomando-se cuidado com aqueles que têm mais de um autor, e depois se anota o ano. Caso seja um texto de Cristiane de Souza, por exemplo, feito no ano de 2004, ficará o nome como está salvo e na sequência: Souza_2004.doc ou pdf, dependendo do formato em que esteja guardando; caso fossem vários autores ficaria Et_al_2004. Repetimos esse processo em todos os artigos.

Então lemos os artigos da seleção, fazemos um pequeno resumo que será guardado com o mesmo nome em outra pasta, a importância desses resumos mais uma vez fica clara, conforme Minussi et al, que mostram que:

O estado da arte como metodologia utilizada para o projeto de pesquisa dos egressos de instituições de acolhimento

A possibilidade de leitura de uma História pelos resumos que sabemos não poder ser considerada a única, tampouco a mais verdadeira e correta, mas aquela proposta pelo pesquisador do “estado da arte”; pode ainda ser resultado da compreensão das marcas deixadas pelos autores/editores em cada resumo e do estabelecimento de relações de cada um deles (resumo) com outros, e também com uma bibliografia que extrapola a da produção de dissertações e teses. (Minussi et al, 2018, p. 14).

Esses resumos serão os textos que vamos utilizar para compor o nosso Estado da Arte. Também os podemos organizar em tabelas, onde a maioria tem informações semelhantes. Esse é também o caso que vamos utilizar para o nosso tema que é *Egressos de instituições de acolhimento* e as informações serão: os autores, o tema do artigo, o local onde encontramos o artigo e o ano. Alguns professores pedem a revista, a abordagem ou tipo de estudo e metodologia utilizada e a região; às vezes os professores podem pedir outras informações, mas geralmente é este o formato.

Para constituir a amostra foram selecionados 09 de um total de 50 textos pesquisados sobre o tema. Para a apresentação dos resultados no Estado da Arte, foi adotado o formato de resumo expandido das informações coletadas. Os textos foram escolhidos pelo critério de relevância respeito ao tema proposto e pelos autores que se destacaram na discussão.

RESULTADOS

Foram divididos os temas em 4 categorias mais relevantes para o tema central que são: As Instituições de acolhimento, Famílias que perdem suas crianças, Institucionalização de crianças, Abrigamento Institucional pelo Estado e Políticas Públicas.

Dessas categorias chegamos às questões que nortearão as nossas temáticas-problema, que serão:

1. As instituições de acolhimentos vistas de forma positiva, como uma oportunidade salvadora frente à situação, mas também muitas vezes criticadas pelos próprios adolescentes. Instituições de acolhimento versus o direito à convivência familiar.
2. A reinserção familiar e social de crianças e adolescentes afastados de suas famílias e institucionalizados.
3. Efeitos da institucionalização sobre a inteligência e sobre o socioemocional; políticas públicas, em especial as casas de passagem, e o papel do Estado nesse processo.

Através da pesquisa a partir dos textos coletados, foi possível entender todo o processo de institucionalização da criança e do adolescente; as razões pelas quais são institucionalizados; os casos de violência sofrida, atrelados a casos de negligência, cometidos tanto pela família quanto pelo Estado. Percebeu-se que muitas vezes aqueles que deveriam proteger a criança e o adolescente não respeitam os seus direitos e, inclusive, colaboram para a sua institucionalização. E segundo Sila et al, é no processo de desinstitucionalização, no momento em que o adolescente sai, que acontecem essas situações:

“[...] apesar de estabelecerem esta prioridade, nem sempre esses programas conseguem dar apoio às famílias e garantir a continuidade do processo de reinserção após o jovem ser desligado da instituição. Geralmente, a partir deste momento ocorre uma interrupção nesse processo deixando evidente a existência de uma fragilidade significativa nos programas de reinserção familiar e social. O retorno à família é, sem dúvida, uma etapa muito delicada quando se trata de reinserção de jovens em situação de maus tratos, uma vez que lá, geralmente, permanecem vivos muitos dos problemas que contribuíram para a institucionalização e rompimento dos vínculos familiares. Apesar desta importância, é justamente nesta etapa que o acompanhamento dos profissionais e o suporte técnico para todos os envolvidos nesta situação é interrompido, muitas vezes, por falta de recursos materiais e humanos para dar continuidade ao programa ou, não raro, por falta de conscientização da importância desse momento para a efetivação do processo de reinserção. Esta lacuna que se institui evidencia que por detrás da criança/adolescente maltratada, geralmente está uma família desassistida pelos serviços de saúde e de ação social”. (SILVA et al, 2004. p. 03).

Ainda levantando os dados dos resumos dos textos, percebemos que toda a problemática exposta tem gerado situações preocupantes com efeito direto sobre a vida do egresso. Como a autora nos mostra:

Os resultados apontam que 57,7% dos egressos entrevistados não frequentam a escola e que 42,3% estão estudando embora estejam defasados em termos da idade e o grau de escolaridade em que se encontram, vivenciando dificuldades para se relacionar com colegas e professores, dificuldades para acompanhar o aprendizado e, conseqüentemente, desestimulados para o estudo. Alguns dos adolescentes incluídos no percentual que estão estudando, não são egressos da instituição, mas no momento da entrevista realizada para a coleta de dados deste estudo, já haviam sido institucionalizados novamente, e, sendo assim, estavam frequentando a escola apenas porque esta é uma norma da instituição. Habitualmente, enquanto estão vivendo na companhia da família, não vão à escola, embora sejam matriculados. Apenas uma egressa frequentava regularmente uma escola de modelo, tendo os custos cobertos com o suporte financeiro de uma tia com quem mora desde que foi desinstitucionalizada. (SILVA et al. 2004. p.06).

O estado da arte como metodologia utilizada para o projeto de pesquisa dos egressos de instituições de acolhimento

Os egressos possuem como pressuposto a negligência do Estado na garantia de direitos de crianças e adolescentes. Há violação de direito a partir da institucionalização do sujeito, que é retirado de sua família nuclear ou de sua família extensa. Com a implantação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) em 1990, toda criança e adolescente tem assegurados os seus direitos, de acordo com Art.4º:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990)

Quando ocorre a ruptura familiar, cabe às instituições de acolhimento denominadas casa-lar e república, realizarem o serviço de acolhimento institucional e familiar à criança ou adolescente, porém estas entidades somente poderão atuar segundo o ECA no Art. 91:

As entidades não governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual comunicará o registro ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária da respectiva localidade.

Afirma Silva (2010) que o ECA garante o acolhimento institucional como uma forma de proteção que abrange a faixa etária de 0 a 18 anos de idade; quando se atinge a idade máxima deve ocorrer o desligamento. Durante o período em que o indivíduo está na instituição de acolhimento, o ideal é que haja um preparo para desenvolver autonomia, profissionalização e educação, até realizar o desligamento. Porém deve ser avaliada a ausência de políticas públicas direcionadas aos egressos, que não têm proteção garantida no ECA. Também pode existir o preconceito por se tratar de um indivíduo que foi institucionalizado.

Para Constantino (2000) *apud* Silva (2010). Ao interiorizar uma imagem negativa de si mesmo, adquirida a partir da visão que a instituição tem dele e que é reforçada pela sociedade, o adolescente percorre um caminho que pode levá-lo ao crime e à violência. Ao sentir-se excluído da instituição, que não o quer mais por ele já ter completado 18 anos, e pela sociedade que, ao vê-lo como marginal, não o aceita, ele fica sem alternativas, restando-lhe a delinquência e a marginalidade.

Para Silva (2010) deve-se debater a respeito do processo de desligamento institucional, para que não seja visto apenas como a saída do indivíduo, mas como um

processo de preparo de sua independência; essa etapa da vida do quem está institucionalizado deve ser trabalhada com frequência.

Com relação à autonomia, o CONANDA/CNAS (2008) *apud* Silva (2010) estabelece que este deve ser fortalecido basicamente por meio do estímulo à participação da criança ou do adolescente nas decisões do serviço a seu respeito; do conhecimento da sua história de vida, da sua situação familiar e das causas do acolhimento; do estímulo ao auto cuidado por meio da preservação de objetos pessoais e conscientização da responsabilidade dos próprios atos; do incentivo à fala com escuta adequadas à faixa etária podendo, por exemplo, ir à escola sozinho e frequentar espaços da comunidade; e por fim, por meio do estímulo à participação social e ao protagonismo em conferências e assembleias que discutam os direitos de crianças e adolescentes.

Aduz o Conselho Nacional do Ministério Público (2013), a importância da avaliação e do processo para reinserir esses indivíduos na família; caso seja uma situação difícil de acontecer devido à desestruturação de vínculo, deve-se trabalhar para diminuir o impacto desse problema; é necessário um acompanhamento criterioso desse ciclo para assegurar o convívio familiar e comunitário. Quando há um longo período de institucionalização, os profissionais devem atuar de forma cautelosa para prepará-los para o desligamento da instituição e do afastamento dos colegas e profissionais do local. É necessário um acompanhamento para assegurar o desligamento de forma gradativa.

No país, o desacolhimento institucional vem acompanhado também de um debate amplo no campo da proteção à infância e à adolescência que se refere ao direito da convivência familiar e comunitária. Tal debate foi legitimado e ampliado, em 2006, em função da aprovação do Plano Nacional de Proteção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC), o qual, visando romper com uma “cultura da institucionalização”, que marca a história das políticas de proteção nesse campo, procura fortalecer os vínculos familiares e comunitários. O PNCFC considera a família como importante mecanismo para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente. Isso significa que a família (biológica, substituta ou adotiva) é construída nos termos das políticas, como o lugar para onde idealmente retornam as crianças e adolescentes que são desacolhidos dos serviços de acolhimento. (CRUZ, p. 3, SN).

Afirma Albuquerque (2015) que atualmente os jovens estão começando a ter seus direitos básicos respaldados pelas políticas públicas. Ainda é algo inovador e que está em um processo de desenvolvimento, devido ao individualismo da sociedade onde, de acordo com a situação em que o sujeito se encontra, passa a ser visto de forma generalizada, que o torna muitas vezes culpado. É necessário o trabalho de uma equipe interdisciplinar no processo de desinstitucionalização, porém essa falha na política pública não facilita o trabalho dos profissionais.

Ainda para Albuquerque (2015), há grande carência de políticas públicas voltadas para questões específicas desses sujeitos, existem alguns programas para esse público, porém não são suficientes para atender todas as demandas.

“Atualmente, os programas federais voltados para jovens no Brasil são: Projeto Agente Jovem; Programa Bolsa- Atleta; Programa Brasil Alfabetização; Programa Escola Aberta; Programa Escola de Fábrica; Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (PROMED); Programa Juventude e Meio Ambiente; Programa Nossa Primeira Terra; Programa Cultural Viva; Programa de Integração de Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA); Programa Nacional de Estímulos ao Primeiro Emprego (PNPE); Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM); Programa Nacional do Livro Diário para o Ensino Médio (PNLEM); Projeto Rondon; Programa Pronaf Jovem; Programa Universidade para Todos (PROUNI); Programa Saberes da Terra; Programa Segundo Tempo; Programa Soldado Cidadão”. (GUIA DE POLÍTICAS DE JUVENTUDE BRASÍLIA, 2006) *apud* (ALBUQUERQUE, p. 20, 2015)

Figueiró (2012), *apud* Albuquerque (p. 20, 2015), diz que “diante das demandas sociais no país, o que permeou foi o Estado mínimo, cuidando do desenvolvimento econômico e deixando grande parte das expressões da Questão Social para o terceiro setor”.

As atuações são realizadas com embasamento em políticas públicas da Assistência Social e em normativas e legislações, embora ocorra alguma “lacuna” (Rifiotis, 2016) para a efetivação dessas políticas, como a garantia de direitos.

A formulação de políticas públicas dá-se pelo entendimento de ser uma relação entre os cidadãos, governo e entidades, porém limita-se apenas à relação de subordinação dos cidadãos a políticas mínimas. Neste contexto o Estado ocupa um lugar de soberania, isto é, o “[...] Estado reside menos nas instituições do que nos processos e nas relações de poder. [...]”, assim o Estado intervém mais na regulação de forças e nas políticas apenas como meio de consolidação de seu papel social.

Segundo Rifiotis (2016, p216), com as políticas públicas ocorreram avanços na garantia de direitos, porém:

[...], podemos considerar que tal reconhecimento representou mudanças relevantes na maneira de conceber e implementar as práticas de proteção a crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados, por outro, percebe-se uma ênfase nos direitos e não propriamente nos sujeitos desses direitos.

De tal maneira, é essencial compreender o sujeito na totalidade, isto é, na sua convivência familiar e comunitária assim como nas condições que desencadearam a sua

institucionalização; tal percepção pode ser compreendida em suas novas relações sociais, como na educação do retorno —que poderá ser marcada por uma defasagem de idade e no aprendizado—, ou na inserção ao mercado de trabalho. Isto é, deve-se considerar quais são suas possibilidades para esta nova vivência comunitária. De acordo com Ribeiro (2008, p. 14 apud KHOURY, 2004, 123), “[...] é nesse sentido que tomamos as narrativas como práticas sociais, portanto em movimento na dinâmica social vivida”. Na aproximação a essa realidade concreta, com foco no sujeito, essas informações podem ser contempladas por meio da análise crítica.

Apontamentos demonstram que, ao retornar a criança e o adolescente à sua família de origem, podem ocorrer conflitos, particularidades e singularidades daquele contexto social. Esta complexidade pode ter relação com o uso de psicoativos ou alcoolismo, o que contribui para um embate entre os sujeitos, ou até mesmo para a ruptura do vínculo familiar.

Ao mencionar o egresso de adolescentes ao completarem a faixa etária de 18 anos, e não possuírem família ou local para viver, tornam-se invisíveis às lentes da sociedade, o que contribui para as expressões da questão social. Assim, estes sujeitos deixam de ser competência do Estado, tornando-se responsáveis pela própria sobrevivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se iniciou o trabalho de pesquisa constatou-se que havia a necessidade de pensar numa forma mais eficaz de coletar dados para o estudo de um tema específico. Diante dessa questão, achou-se relevante estudar e responder a essa inquietude.

Assim, a pesquisa teve como objetivo geral mostrar a eficiência da metodologia chamada Estado da Arte, que conseguiu demonstrar que —após análise dos resultados obtidos através desse método de classificação de obras— com as informações coletadas foi possível entender todo o processo de institucionalização da criança e do adolescente, e por que são institucionalizados.

E concluir, frente aos casos de violência sofridos atrelados aos de negligência cometidos tanto pela família quanto pelo Estado, que muitas vezes aqueles que os

deveriam proteger, não respeitam os seus direitos. Ao contrário, contribuem até com a sua institucionalização.

Assim o método se mostrou eficaz, porque trouxe respostas às questões em torno do tema que se buscava pesquisar, respondendo a todas as problemáticas levantadas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ariane Pereira de. **Os desafios para o processo de desligamento institucional de adolescentes devido à maioridade.** (2015) Disponível em: <<https://repositorio.ucb.br/jspui/bitstream/123456789/6683/5/Ariane%20Pereira%20de%20Albuquerque.pdf>> Acesso em: 28 abr. 2019.

Conselho Nacional do Ministério Público. **Relatório da Infância e Juventude- Resolução nº 71/2011:** Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País. (2013) Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/relatorio-unidades-acolhimento.pdf>> Acesso em: 31 mar. 2018.

CRUZ, Fernanda (Transes UFSC). **Na fronteira entre proteção e contratualização:** jovens “egressos” de serviços de acolhimento no Brasil e na França. (s/n) Disponível em: <<file:///C:/Users/PS%20Printer/Downloads/artigo%20ENADIR%20Fernanda%20Cruz.pdf>> Acesso em: 27 abr. 2019.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas “estado da arte”.** Revista Educação e Sociedade, n. 79 p 3. Disponível em: <http://ref.scielo.org/dmp6xm>. Acesso em: 13 abr. 2019.

MINUSSI, Sandro Gindri; MOURA, Augusto Albuquerque; JARDIM, Mateus L. Gomes; RAVASIO, M. Homrich. **Considerações sobre estado da arte, levantamento bibliográfico e pesquisa bibliográfica:** relações e limites. Revista Gestão Universitária, n.9 p.04-14. Disponível em: <http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos-cientificos/consideracoes-sobre-estado-da-arte-levantamento-bibliografico-e-pesquisa-bibliografica-relacoes-e-limites>. Acesso em: 14 abr. 2019. Santa Catarina. LEGISLE, 2018.

RIBEIRO, Leni da Costa; **A trajetória de vida de um jovem que vivenciou o rompimento dos vínculos familiares e um longo período de abrigamento.** Dissertação de mestrado. SP. 2008.

RIFIOTIS, Fernanda Cruz. **“Egressos” de serviços de acolhimento e políticas públicas: a “reversão figura-fundo”.** Revista de Antropologia. São Paulo, USP, 2016, v. 59 n. 3. Disponível em: <[file:///F:/esatdo%20da%20arte%202019%20egresso/Vista%20do%20v.%2059%20n.%203%20\(2016\).html](file:///F:/esatdo%20da%20arte%202019%20egresso/Vista%20do%20v.%2059%20n.%203%20(2016).html)>. Acesso em: 30 mar. 2019.

SILVA, Mara Regina Santos, NUNES, Carina da Silva. **Avaliação e diagnóstico do processo de reinserção familiar e social de crianças e adolescentes egressos de uma casa de passagem Egressos” de serviços de acolhimento institucional e políticas públicas: a “reversão figura-fundo.** Revista Cogitare Enfermagem, v.9 n. 1 p. 03-06. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/1704/1412>>. Acesso em: 20 abr. 2019. Curitiba. UFPR, 2004.

SILVA, Mara Regina Santos da. NUNES, Karina da Silva. **Avaliação e diagnóstico do processo de reinserção familiar e social de crianças e adolescentes egressos de uma casa de passagem.** Revista Cogitare Enfermagem. Biblioteca digital de períodos. > v. 9, n. 1 (2004). Universidade Federal do Paraná UFPR. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v9i1.1704>. Acesso em: 30 mar. 2019

SILVA, Martha Emanuela Soares da. **Acolhimento institucional: e o desligamento.**(2010) Disponível em: <<https://docs.google.com/file/d/0B3GXXnZAHWOyd3JZQ0ZTZHF0ZEE/edit>> Acesso em: 31 mar. 2019.